



INSTRUÇÃO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

TC - 003.539/2012-1 **ESPÉCIE RECURSAL:** Recurso de reconsideração.
NATUREZA DO PROCESSO: Tomada de Contas Especial. **PEÇA RECURSAL:** R002 - (Peça 56).
UNIDADE JURISDICIONADA: Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Pará. **DELIBERAÇÃO RECORRIDA:** Acórdão 4579/2014-Primeira Câmara - (Peça 46).

NOME DO RECORRENTE	PROCURAÇÃO	ITEM(NS) RECORRIDO(S)
Ana Catarina Peixoto de Brito	Peça 56, p. 8	9.3, 9.4 e 9.5

2. EXAME PRELIMINAR

2.1. PRECLUSÃO CONSUMATIVA

O recorrente está interpondo recurso de reconsideração contra o Acórdão 4579/2014-Primeira Câmara pela primeira vez?	Sim
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

2.2. TEMPESTIVIDADE

O recurso de reconsideração foi interposto dentro do prazo previsto na Lei Orgânica e no Regimento Interno do TCU?

NOME DO RECORRENTE	NOTIFICAÇÃO	INTERPOSIÇÃO	RESPOSTA
Ana Catarina Peixoto de Brito	24/09/2014 - PA (Peça 54)	01/10/2014 - DF	Sim

2.3. LEGITIMIDADE

Trata-se de recurso interposto por responsável/interessado habilitado nos autos, nos termos do art. 144 do RI-TCU?	Sim
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

2.4. INTERESSE

Houve sucumbência da parte?	Sim
-----------------------------	------------

2.5. ADEQUAÇÃO

O recurso indicado pelo recorrente é adequado para impugnar o Acórdão 4579/2014-Primeira Câmara?	Sim
--------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

3. CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO PRELIMINAR



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Secretaria-Geral de Controle Externo

Secretaria de Recursos

Em virtude do exposto, propõe-se:

3.1 conhecer do recurso de reconsideração, interposto por Ana Catarina Peixoto de Brito, nos termos dos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 285 do RI/TCU, suspendendo-se os efeitos dos itens 9.3, 9.4 e 9.5 do Acórdão 4579/2014-Primeira Câmara em relação à recorrente;

3.2 encaminhar os autos ao gabinete do relator competente para apreciação do recurso, com fundamento na Portaria/Serur 3/2013;

3.3 à unidade técnica de origem, comunicar aos órgãos/entidades eventualmente cientificados do acórdão recorrido acerca do efeito suspensivo concedido em face do presente recurso.

SAR/SERUR, em 06/11/2014.	Afonso Gustavo Nishimaru Schmidt Chefe de Serviço AUFC - Mat. 7675-9	Assinado Eletronicamente
------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------